



# Diário Oficial

Estado de São Paulo

João Doria - Governador

Poder  
Executivo  
seção I

**imprensaoficial**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 129 • Número 196 • São Paulo, terça-feira, 15 de outubro de 2019

www.imprensaoficial.com.br

## Leis

LEI Nº 17.172,  
DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

(Projeto de lei nº 102, de 2017, do  
Deputado Campos Machado – PTB)

*Denomina “Pelerson Soares Penido” o viaduto  
estaiado localizado sobre as rodovias SP 070 e BR 116,  
pertencente à Linha 13 – Jade da CPTM, que  
liga os Municípios de São Paulo e Guarulhos*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:  
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu pro-  
mulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se “Pelerson Soares Penido”  
o viaduto estaiado localizado sobre as rodovias SP 070 e BR 116,  
pertencente à Linha 13 – Jade da CPTM, que liga os Municípios  
de São Paulo e Guarulhos.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Palácio dos Bandeirantes, 14 de outubro de 2019.  
JOÃO DORIA  
*Alexandre Baldy de Sant’Anna Braga*  
Secretário de Transportes Metropolitanos  
*Antonio Carlos Rizeque Malufe*  
Secretário Executivo, respondendo pelo expediente da  
Casa Civil  
Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 14 de  
outubro de 2019.

LEI Nº 17.173,  
DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

(Projeto de lei nº 240, de 2019, do  
Deputado Tenente Coimbra – PSL)

*Dispõe sobre o desembarque de mulheres, idosos  
e pessoas com deficiência nos transportes metro-  
politanos de baixa e média capacidade nas Regiões  
Metropolitanas do Estado*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:  
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu pro-  
mulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica autorizado o desembarque de mulheres,  
idosos e pessoas com deficiência nos transportes metropolita-  
nos de baixa e média capacidade nas Regiões Metropolitanas do  
Estado, em local diverso dos pontos de parada regulares, no  
período das 22h (vinte e duas horas) às 5h (cinco horas) do dia  
seguinte, quando for solicitado.

Parágrafo único - Para as finalidades dessa lei, os conduto-  
res dos transportes metropolitanos são obrigados a desembarcar  
mulheres, idosos e pessoas com deficiência, bem como seus  
acompanhantes, em local que os mesmos indiquem, sob pena  
de multa.

Artigo 2º - Os locais indicados para o desembarque deverão  
obedecer ao trajeto regular da linha, excetuados os proibidos  
para estacionamento de veículos.

Artigo 3º - A Empresa Metropolitana de Transportes Urba-  
nos de São Paulo (EMTU) deverá realizar campanhas para  
divulgar o teor desta lei, com informativos nos pontos de  
ônibus, bem como na parte interna dos veículos de transportes  
intermunicipais.

Artigo 4º - A presente lei entra em vigor a partir da data  
de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de outubro de 2019.  
JOÃO DORIA  
*Alexandre Baldy de Sant’Anna Braga*  
Secretário de Transportes Metropolitanos  
*Antonio Carlos Rizeque Malufe*  
Secretário Executivo, respondendo pelo expediente da  
Casa Civil  
Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 14 de  
outubro de 2019.

## Governo

GABINETE DO SECRETÁRIO

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Centro de Suprimentos e Apoio à Gestão de**  
**Contratos**

**Extrato**  
Primeiro Termo de Aditamento  
Processo SPDOC 1058752/2018  
Parecer Jurídico: Resolução PGC 23 de 12-11-2019  
Dispensa de Licitação  
Contrato 05/2018  
Contratante: SECRETARIA DE GOVERNO  
Contratada: Companhia de Processamento de Dados do  
Estado de São Paulo - Prodesp  
Objeto: O prazo de vigência fica prorrogado por mais 09  
(nove) meses de 21-06-2019 à março de 2020.  
Valor total estimado: 580.224,00 (quinhentos e oitenta mil,  
duzentos e vinte e quatro reais) para cobertura de despesa no  
presente exercício.  
Assinatura: 19-06-2019

**DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA**

**Despacho da Diretora Substituta, de 14-10-2019**

“A vista da Ata da sessão Pública do Pregão Eletrônico  
36-2019 referente ao processo SG-PRC-2019-00138, decido: Homo-  
logar, nos termos dos incs. VI e VII parágrafo único do art. 3º do Dec.  
Est. 47.297-2002, o procedimento licitatório 36-2019, cuja licitante  
vencedora é a empresa: Nexti Tecnologia da Informação Eireli.”

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO

CHEFIA DE GABINETE

Portaria FUSSP/GP nº 14, de 11-10-2019

*Institui “Selo Beleza Social” no âmbito da Escola de  
Beleza, Estética e Bem-Estar do Programa Escola  
de Qualificação Profissional, e dá providências  
correlatas*

O Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Social de São  
Paulo - FUSSP, no uso da competência dada pelo artigo 10, inciso II,  
alínea “a”, do Decreto nº 59.103, de 18 de abril de 2013, e  
Considerando o Decreto nº 57.314, de 8 de setembro de 2011,  
que instituiu o Programa Escola de Qualificação Profissional, sob  
a coordenação do Fundo Social de São Paulo, com o objetivo de  
promover a capacitação de agentes multiplicadores e a qualificação  
de pessoas em situação de vulnerabilidade social para atividades  
geradoras de renda, mediante a promoção de cursos em diversas  
áreas, dentre elas a de beleza, estética e bem-estar;  
Considerando que o foco principal do referido Programa é,  
através de capacitação em cursos oferecidos nas Escolas  
de Qualificação do FUSPP, proporcionar a inclusão social e dar  
oportunidade no mercado de trabalho para pessoas em situação  
de vulnerabilidade social;

Considerando que a Escola de Beleza, Estética e Bem-Estar  
está na finalidade de oferecer formação aos alunos visando a  
aquisição de competências profissionais e pessoais necessárias  
para o desenvolvimento de atividades inerentes à imagem  
pessoal, segundo os padrões de qualidade e produtividade  
requeridos pela natureza do trabalho;

Considerando a importância de estimular a geração de  
renda e emprego e a inclusão social;

Considerando que o Projeto “Solidariedade em Fios” desen-  
volvido pelo FUSPP, tem por objetivo a qualificação profissional  
no curso de confecção de próteses capilares que, ao término de  
cada turma, beneficia com a doação dessas próteses a pacientes  
em tratamento oncológico no Instituto do Câncer do Estado de  
São Paulo “Octavio Frias de Oliveira” – ICESP.

Expede a presente portaria:

Artigo 1º - Fica instituído o “Selo Beleza Social” vinculado  
a uma ação social no âmbito do Programa Escola de Qualifica-  
ção Profissional, com o objetivo de certificar estabelecimentos  
comerciais do ramo da beleza e estética que empregarem pes-  
soas que foram capacitadas na Escola de Beleza, Estética e Bem-  
-Estar do FUSPP, como forma de reconhecimento por integrarem  
uma rede de colaboradores e de empregadores que contribuíram  
com a inserção de ex-alunos no mercado de trabalho.

Parágrafo único – O Selo é individual e intransferível e vin-  
culado a apenas um CNPJ/MF, e terá a validade de 1 (um) ano,  
contado da data do deferimento do cadastro do estabelecimento  
comercial junto ao FUSPP, a qual poderá ser prorrogada, caso a  
ação social perdurar além do prazo de um ano, mediante solici-  
tação via e-mail com comprovação anexada.

Artigo 2º - São condições para os interessados serem certi-  
ficados com o “Selo Beleza Social”:

I - Declarar que seu estabelecimento está em situação  
regular com as suas obrigações legais, fiscais e previdenciárias;

II - Efetuar o cadastramento junto ao FUSPP, através de  
e-mail: selosocial@sp.gov.br, indicando nome da empresa, CNPJ,  
endereço, nome do representante legal e e-mail da empresa;

III - Informar ao FUSPP, via e-mail, o nome e o CPF do ex-  
-aluno(a) contratado(a) pelo estabelecimento parceiro, anexan-  
do como comprovante o certificado de conclusão emitido pela  
Escola de Beleza, Estética e Bem-Estar do FUSPP;

IV – No caso dos salões de beleza, além de empregar  
pessoa(s) capacitada(s) pelo FUSPP, realizar campanha interna  
de arrecadação de mechas de cabelos naturais a serem depo-  
sitas numa urna com identificação do Projeto “Solidariedade  
em Fios”, e, posteriormente, entregá-las, devidamente acondi-  
cionadas em caixa de papelão e identificada com nome do seu  
estabelecimento, na Sede do FUSPP, situado na Rua Ministro  
Godói, 180, Parque Dr. Fernando Costa, Perdizes, Capital.

Parágrafo único – A urna e a caixa de papelão a que se  
referem o inciso IV deste artigo deverão ser adquiridas pelo  
próprio estabelecimento.

Artigo 3º - As empresas interessadas, ainda que não cadas-  
tradas/credenciadas, poderão:

I - solicitar, através do mesmo endereço eletrônico, currí-  
culos de ex-alunos capacitados pela Escola de Beleza, Estética e  
Bem-Estar do FUSPP;

II - oferecer vaga(s) de trabalho ao(s) ex-aluno(s) da Escola  
de Beleza, Estética e Bem-Estar do FUSPP, através do endereço  
eletrônico indicado no inciso II do artigo 2º, indicando o contato  
do responsável por atender os candidatos interessados.

Artigo 4º - Cabe ao FUSPP em relação à concessão do Selo  
Beleza Social:

I - Divulgar esta iniciativa nas redes sociais do FUSPP e no  
sítio eletrônico www.fussp.sp.gov.br;

II - Analisar as propostas de cadastramento dos estabeleci-  
mentos comerciais do ramo da beleza e estética;

III - Divulgar aos ex-alunos a possibilidade de envio de  
currículos através do endereço eletrônico: selosocial@sp.gov.br;

IV - Disponibilizar aos ex-alunos que solicitarem por meio  
de e-mail acima indicado, as vagas oferecidas pelos estabeleci-  
mentos parceiros, bem como o contato direto dos responsáveis,  
e informá-los de portarem na entrevista o certificado de conclu-  
são do curso de Beleza, Estética e Bem-Estar do FUSPP;

V - Informar, via e-mail, o deferimento do credenciamento  
aos estabelecimentos que receberão o Selo;

VI - Entregar o Selo aos estabelecimentos parceiros cre-  
denciados;

VII - Manter atualizada a relação de estabelecimentos que  
receberam o Selo;

VIII - Descredenciar o estabelecimento que não mantiver  
as condições de regularidade mencionadas no inciso I do Artigo  
2º desta Portaria, mediante notificação à empresa, via e-mail.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua  
publicação.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS  
PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE PROCEDIMENTOS E LOGÍSTICA

**Despachos do Diretor de Procedimentos e Logística,  
de 11-10-2019**

Protocolo 459.651/19 - VIAÇÃO PIRACICABANA S/A, CNPJ  
54.360.623/0001-02 - CONCEDO prorrogação da autorização  
da empresa, conclua a atualização do padrão visual do veículo  
placa EVU-3910 cadastrado em sua frota em operação no  
serviço Regular. A requerente deverá portar, no veículo, cópia da  
publicação desta autorização.

Processo 037.028/19 (E2-0370) - CÁSSIO AGNELO PINTO -  
AUTORIZO seu registro junto a esta Agência para a prestação de  
serviço intermunicipal de Transporte de Estudantes, sob o regime  
de Fretamento Contínuo, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar  
desta publicação, tendo como condutor do veículo o próprio  
requerente, Sr. CÁSSIO AGNELO PINTO.

Processo 019.969/2015 (F1-2121) - MATIAS LOCADORA E  
TRANSPORTE LTDA - ME. Conforme requerimento autuado à fl.  
122 do presente, e o Instrumento Particular de Alteração de Con-  
trato Social às fls. 123/126, a empresa acima referida, CNPJ sob  
07.204.941/0001-96, informa a alteração da sua razão social,  
que passa a ser MATIAS LOCADORA E TRANSPORTE EIRELI, sem  
alteração do CNPJ e endereço de sua sede. AUTORIZO que sejam  
adotadas as providências para que seja consignada a nova  
Razão Social da empresa, em todas as anotações constantes da  
DPL/ARTESP, relacionadas ao SERVIÇO DE FRETAMENTO.

AGÊNCIA REGULADORA DE  
SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

**Comunicado**

513ª Reunião de Diretoria

Data: 24-09-2019

1. A Diretoria da Arsesp deliberou por unanimidade dos  
presentes que a Reunião de Diretoria marcada para o dia  
23-10-2019 será realizada no dia 22-10-2019, tendo em vista a  
necessidade de deliberação da Diretoria da Arsesp e publicação  
no dia 23-10-2019 dos resultados da Consulta Pública da 3ª  
Revisão Tarifária Ordinária da Comgás.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE  
TRÂNSITO

Portaria Detran-267, de 7-10-2019

*Delega competência a servidores ou empregados  
públicos do Departamento Estadual de Trânsito -  
Detran-SP para recebimento de ofícios judiciais, e  
dá providências correlatas*

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito  
Considerando os interesses organizacionais, visando  
à otimização das atividades da Autarquia e o procedimen-  
to administrativo sob o protocolo SPDoc 2811545/2019,  
resolve:

Artigo 1º - Delegar a servidores ou empregados públicos  
integrantes da Assessoria de que trata o inciso VI do artigo 7º  
da Lei Complementar 1.195, de 17-01-2013, regulamentada  
por meio do inciso V, do artigo 1º da Portaria Detran-SP 666,  
de 19-04-2013, competência para receber citações, notificações e  
intimações judiciais, na seguinte conformidade:

I - Henrique Kadekaro, Assessor de Gabinete, RG  
14.166.818-0;

II - Paula Yukiko Carvalho Uyezu, Assistente Técnico de  
Trânsito, RG 33.680.725-9;

III - Adriana Aparecida Terrible Bento, Agente Estadual de  
Trânsito, RG 24.128.757-1;

IV - Alessandra Benedito, Oficial Administrativo, RG  
18.039.142-2;

V - Elisangela Oliveira dos Santos, Oficial Administrativo,  
RG 22.326.949-9;

VI - Guilherme Francisco Lira de Oliveira, Supervisor, RG  
37.957.877-3;

VII - Isaías Rodrigues Vieira, Agente Estadual de Trânsito,  
RG 33.455.575-9;

VIII - Ivan Neris Martins da Costa, Oficial Administrativo,  
RG 17.322.923-2;

IX - Ligia Fernanda Francisco Silva, Oficial Administrativo,  
RG 25.924.233-0;

X - Margarida Aparecida Mariano, Oficial Administrativo,  
RG 17.425.277-8;

XI - Michelle de Menezes Arêa Leão, Oficial Administrativo,  
RG 29.369.252-X;

XII - Tânia Porcel, Oficial Administrativo, RG 18.454.181-5;

XIII – Verimar Maria Guimarães, Agente Estadual de Trânsi-  
to, RG 35.253.226-9;

XIV - Yumi Kojima, Agente Estadual de Trânsito, RG  
19.265.779-3.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publi-  
cação, revogando-se a Portaria Detran-SP 58, de 02-04-2019.  
(República por conter incorreções)

Portaria Detran-272, de 10-10-2019

*Mantém as decisões da Escola Pública de Trânsito  
exaradas por meio do processo administrativo nº  
GEPT 009/2017*

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito  
Considerando os recursos interpostos contra as decisões  
proferidas pela Gerência da Escola Pública de Trânsito por meio  
das Portarias GEPT 34, 35 e 37, todas de 15-04-2019, no Proce-  
so Administrativo nº GEPT 009/2017, bem como os elementos  
de prova contidos no protocolo Detran-SP 1006800/2017 e no  
Parecer CJ/Detran-SP 272/2019, resolve:

Artigo 1º - Dar conhecimento e, no mérito, julgar os recursos  
improvidos, mantendo as decisões exaradas pela Escola Pública  
de Trânsito, que aplicaram as penalidades de cassação do cre-  
denciamento, na seguinte conformidade:

I - à pessoa jurídica, Auto Moto Escola Nova Vila Sonia Ltda,  
CNPJ 02.053.181/0001-40, pelo cometimento das infrações  
administrativas tipificadas no inciso IV, do artigo 31, considerado  
o disposto no §6º, do artigo 36, todos da Resolução Contran  
358/2010;

II - ao Diretor Geral, Geraldo Silvino Moura, CPF  
941.696.248-15, pelo cometimento das infrações adminis-  
trativas tipificadas no inciso IV, do artigo 31, considerado o  
disposto no §6º, do artigo 36, todos da Resolução Contran  
358/2010;

III - ao Instrutor de Trânsito, André Fernando Correa Mar-  
coni, CPF 147.721.718-51, pelo cometimento das infrações  
administrativas tipificadas no inciso V, do artigo 34, considerado  
o disposto no §6º, do artigo 36, todos da Resolução Contran  
358/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua  
publicação.

Portaria Detran-273, de 10-10-2019

*Delega competência para análise e decisão da  
defesa prévia dos processos de suspensão do  
direito de dirigir e cassação da Carteira Nacional  
de Habilitação, no âmbito da Superintendência  
Regional de Trânsito da Capital*

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito  
Considerando as competências previstas nos incisos I e VI,  
do artigo 22 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, assim como  
o disposto no artigo 12 da Resolução 723, de 06-02-2018, do  
Conselho Nacional de Trânsito - Contran;

Considerando os interesses organizacionais e visando a  
otimização das atividades da Autarquia, resolve:

Artigo 1º - Delegar aos seguintes servidores ou empregados  
públicos do quadro de pessoal do Detran-SP, no âmbito da  
Superintendência Regional de Trânsito da Capital, competência  
para análise e decisão da defesa prévia dos processos de sus-  
pensão do direito de dirigir e cassação da Carteira Nacional de  
Habilitação – CNH, prevista no artigo 12 da Resolução 723, de  
06-02-2018, do Conselho Nacional de Trânsito – Contran:

I - Aline Amaral de Lima, Oficial Administrativo, RG  
36.525.430-7;

II - Bianca Nogueira Yamaya, Diretor Técnico II, RG  
42.484.987-2;

III - Bruna Senna Medina, Assistente Técnico de Trânsito,  
RG 44.196.978-1;

IV - Cleverson Floriano da Silva, Agente Estadual de Trânsito,  
RG 16.942.727-4;

V - Davi Isac Macedo, Agente Estadual de Trânsito, RG  
26.237.509-6;

VI - Fabiana Carranza, Agente Estadual de Trânsito, RG  
185.183.31-1;

VII - Fernando Fischmann, Agente Estadual de Trânsito, RG  
27.285.963-1;

VIII - Leidiane Soares dos Reis, Agente Estadual de Trânsito,  
RG 4.746.184;

IX - Raul Vicentini, Diretor Setorial, RG 25.067.300-9;

X - Ricardo Mazzini de Souza, Oficial Administrativo, RG  
45.993.226-3;

XI - Thaís Barbarossa de Almeida Pacheco, Gerente Setorial,  
RG 30.758.587-6;

XII - Thiago Soares Marangoni, Assistente Técnico de Trâ-  
nsito, RG 43.299.071-9;

XIII - Vinícius da Costa Novaes, Oficial Estadual de Trânsito  
RG 3.724.750-6.

Artigo 2º - Delegar aos seguintes servidores ou empregados  
públicos do quadro de pessoal do Detran-SP competência para  
análise e decisão da defesa prévia dos processos de suspensão  
do direito de dirigir, prevista no artigo 12 da Resolução 723, de  
06-02-2018, do Conselho Nacional de Trânsito - Contran:

I - Ana Paula Pereira de Mello, Oficial Estadual de Trânsito,  
RG 48.240.508-9;

II - Celio Alves Pereira, Agente Estadual de Trânsito, RG  
32.457.764-3.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publi-  
cação, revogando-se a Portaria Detran-SP 207, de 14-08-2019.

**Despacho do Diretor-Presidente, de 14-10-2019**

Diante dos fatos apurados nos autos do Protocolo SPDOC  
1371023/2018 e com base no relatório da comissão de Apuração  
Preliminar de fls. 495/503, com fundamento no artigo 270 da  
Lei 10261/68, determino instauração de Processo Administrativo  
Disciplinar em face do servidor G. E. Q. C. V. Oficial Administralti-  
vo, RG. 41.XXX.XXX-X SSP/SP, por ter, s.m.j. infringido os deveres  
de desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que lhe foi  
incumbido e estar em dia com as leis, regulamentos, regimentos  
e instruções e ordens de serviços que digam respeito às suas  
funções e cometido procedimento irregular de natureza grave,  
de acordo com o disposto nos incisos III e XIII do artigo 241 e no  
inciso II do artigo 256, ambos da Lei 10261/68, sem prejuízo de  
eventuais outras infrações que o caso possa demonstrar.

Encaminhem-se os autos à Gerência de Recursos Humanos  
para anotações na ficha funcional do servidor.

Após, à Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, da  
Procuradoria Geral do Estado, em cumprimento ao disposto no  
artigo 42 da Lei Complementar 1270/2015.

